

A Corte Portuguesa no Brasil*

Em 29 de novembro de 1807, um comboio composto por cerca de 36 navios portugueses, com aproximadamente 15 mil pessoas, partia do Tejo rumo ao Brasil, sob escolta britânica. Era o início de uma viagem que se inscreveria na história das monarquias dada a singularidade do evento.

O comboio era formado pela Corte, todo o aparato administrativo de Portugal, metade do dinheiro em circulação no país, arquivos contábeis e muitas outras preciosidades, como exemplares raros da biblioteca real, pratarias, jóias, obras de arte, etc.¹

Portugal via-se encurralado, de um lado, pela expansão napoleônica², que varrera da Europa todas as casas dinásticas da época, e, do outro, pela pressão dos ingleses. O mandatário francês, Napoleão Bonaparte, exigia o apoio português ao bloqueio à Inglaterra, sendo que todos os monarcas que não se aliaram à França foram literalmente despojados de suas coroas e tiveram seus reinos dominados pelas tropas napoleônicas. No outro extremo, estava a Inglaterra detentora da marinha mais forte da época, que lhe rendia o título de Rainha dos Mares, com quem Portugal tinha diversos tratados comerciais. Ambos pressionavam para que o reino português assumisse uma posição de apoio a um dos dois lados, o que significava declarar guerra ao outro. Porém, a Casa de Bragança não possuía força bélica nem tampouco econômica para afrontar nenhum dos dois.

Assim, segundo Malerba (2000), não restou outra opção ao Príncipe Regente Dom João VI senão a transferência da sede de seu reino para a colônia mais importante de seus domínios como forma de salvaguardar a coroa, a cabeça, a dinastia e as possessões coloniais, em uma manobra ousada e arriscada.

A viagem, segundo Wilken (2005), foi marcada pelo imprevisto. As embarcações portuguesas, apesar da manutenção recebida de véspera, não apresentavam condições adequadas para a viagem, sendo que o comboio se dividiu antes mesmo de chegar à costa africana. Além das avarias diversas nas naus, não houve planejamento para a fuga, os víveres levados não foram calculados adequadamente, com a consequência de muitas pestes que assolaram a nobres e vassallos. O desembarque no Rio de Janeiro ocorreu em 7 de março de 1808, após as embarcações que traziam os membros da realeza portuguesa terem sido forçadas a

fazer uma escala em Salvador, dada a penúria vivenciada no traslado.

O evento da transferência da Corte marcaria a história da monarquia portuguesa. Segundo Wilken (2005), jamais, até o ano de 1808, um monarca tinha estado em terras colônicas, nem sequer para visita. Imagine-se uma Corte inteira deslocada de sua sede para suas possessões, juntamente com sua estrutura governamental. É um fato tão inusitado que até os dias atuais não se tem notícia de que nenhuma outra Casa Real tenha instalado sua sede, juntamente com seu monarca, em uma de suas colônias.

Essa ocorrência redefiniria a relação colônia versus metrópole, tornando-se um elemento extremamente significativo para a efetivação da independência do Brasil, neste caso evidenciada pela inversão da origem da ordem e da submissão. As decisões passavam a ser tomadas no Reino Unido de Portugal e Algarves em sua nova sede no Rio de Janeiro, para serem depois cumpridas em Portugal.

Segundo Malerba (2000), a transferência da Corte foi um evento singular, afinal os colonos, de repente, se viram frente a frente com personalidades que até então só conheciam pelo retrato ou pela imagem gravada nas moedas em circulação. Com certeza, essa nova realidade exigiu da colônia uma adaptação física, cultural, econômica e administrativa para se transformar em sede do Império.

Logo na chegada às terras brasileiras, algumas medidas emergenciais foram adotadas, como a elevação da Relação do Rio de Janeiro em Casa de Suplicação do Brasil, a criação do Banco do Brasil, do Erário Régio e a produção de cédulas e moedas pela Casa da Moeda.

Muitas obras foram realizadas em caráter de urgência na cidade do Rio de Janeiro, com especial destaque para o Real Teatro de São João, o Jardim Botânico, a Real Biblioteca, além de obras de pavimentação, melhorias de tráfego e saneamento. Apesar disso, segundo Luccock (1951), se por um lado havia uma grande rapidez nas melhorias efetuadas na cidade, por outro, ainda assim eram insuficientes, visto que as condições, em especial de higiene, eram péssimas.

A chegada foi marcada por um esforço enorme da elite local em mostrar-se “nobre”, evidenciada pela extravagância, pelo gasto e pela pompa da recepção, com inauguração de arcos e pórticos em homenagem aos monarcas. Por sua vez, os natalícios chegaram em total despojo de seus bens, humilhados pela fuga e pelas condições da viagem, que foi traumática, apresentando uma imagem muito aquém da idealizada pelos súditos.

* Ensaio elaborado por Andréa Vanessa da Costa Val, Assessora da Memória do Judiciário Mineiro, e Carine Kely Rocha Viana.

¹ Ver WILKEN, Patrick. *Império à deriva, a Corte portuguesa no Brasil, 1808-1821*. Objetiva, 2005.

² Segundo Vainfas (2008), o Bloqueio Continental foi como ficou conhecido o Decreto de 21 de novembro de 1806, de ordem de Napoleão Bonaparte contra a Inglaterra e seus aliados como resposta ao bloqueio que o Reino Unido havia feito impedindo os produtos franceses de serem desembarcados em portos aliados, além de apoderar-se em alto-mar de produtos franceses que tivessem tido alguma passagem por portos aliados.

Representava o encontro de dois universos de configurações sociais muito distintas, cortesãos cultuadores do ócio em contraste com uma elite local formada por comerciantes e homens de negócios diversos, de “grosso trato”.

O embate foi inevitável, de um lado cortesãos que, para preservarem sua existência, se valiam da distinção da etiqueta e do próprio imaginário coletivo de sacralização da monarquia, do outro, os colonos ávidos por honrarias e títulos nobiliárquicos, mas desprovidos do domínio das regras palacianas de etiqueta.

O primeiro grupo era formado por vários estratos sociais devido à conduta na era pombalina em que o estado português permitia a emergência de grupos comerciantes à nobreza, além dos nobres de linhagem, formados por famílias as vezes muito abastadas e outras em verdadeira decadência financeira. Durante a fuga, muitos, não necessariamente “nobres”, misturaram-se ao bolo dos retirantes chegando ao Brasil como se nobres fossem.

O segundo grupo, não menos heterogêneo, era formado por homens brancos, portugueses, brasileiros, pardos, comerciantes de “grosso trato”, que, ao contrário dos primeiros, punham-se a trabalhar, detinham grande poder econômico, porém possuíam poucos títulos e honrarias e conseqüentemente pouco ou nenhum destaque social junto à Corte.

A verdade é que todos queriam seu lugar de destaque. Afinal, em uma sociedade em que as relações se davam pela capacidade de aproximação para agradar o monarca com a intenção de se alcançar títulos nobiliárquicos, encontrar acolhida pelas pessoas importantes na Corte era fundamental. Nesse contexto, o primeiro grupo esforçava-se para não permitir o ingresso de novos membros ao grupo, que por sua vez se lançavam em uma constante e desenfreada corrida por títulos de distinção:

Escassos como eram, as honras e os emolumentos que o Príncipe se achava em condições de outorgar, todos os disputavam com ardor, esforçando-se todos por suplantarem-se uns aos outros na conquista das boas graças dos poderosos [...] daí surgirem alterações e dissensões abertas que afinal resultavam em gradualmente dividir os partidos em lisboetas e brasileiros (LUCCOCK, 1951:67).

Vale ressaltar que estas disputas, embora políticas, se davam no campo simbólico, ou seja, teatro e *teatrocracia*³ como formas de “ver e ser visto”. Como curiosidade, vale apresentar o real Teatro de São João como o palco dos

acontecimentos mais importantes durante a permanência da Corte nos trópicos.

A adaptação e a imposição dos protocolos de etiqueta foram responsáveis pelas novas configurações de poder, denotando o *locus social* e a distinção entre os grupos. Em constante embate, os dois grupos tinham suas ações limitadas pelo equilíbrio imposto pelo monarca Dom João VI, que não permitia que um conquistasse maior espaço que o outro, para evitar assim que a sua Corte se digladiasse e ameaçasse a já difícil unificação de forças políticas em um momento tão delicado para os reinóis portugueses.

A nobreza exilada privilegiaria o cerimonial como elemento identitário, consciente de que sua própria existência dependia das regras prescritas na etiqueta. Por outro lado, os principais da terra escudavam-se no poder econômico para disputa por nobilitação. As exigências da etiqueta áulica, o formalismo do protocolo, os requintes de gentilezas, as magnificências do trato fidalgo vão marcar a vida da corte, mais do que alvarás ou cartas régias que por ventura se propusessem a tal objetivo, demarcando as distâncias entre a nobreza lusa e a nativa. A elegância tornou-se um valor representativo (VAINFAS 2008:109).

O capital simbólico do rei e de sua Corte, herança do Antigo Regime, era evidenciado através das práticas e representações sociais cotidianas e era o responsável pela manutenção do poder efetivo. De acordo com Malerba (2000), os atores em cena encarnavam seus papéis e acreditavam na representação produzida, ou seja, tanto o rei se via como governante responsável pelo destino da nação quanto os governados reconheciam o poder que emanava do rei. O ato mais emblemático desta teatralização era o ritual do beija-mão, que, para atender à nova configuração social, teve que passar por adaptações para garantir o acesso dos dois grupos mais fortes da elite ao monarca.

Enquanto o Rio de Janeiro se transformava, física e socialmente, esmerando-se para servir de sede do poder português, lá nas terras da Europa, segundo Wilken (2005), Portugal era assolado pelos enfrentamentos entre ingleses e franceses, pelo saque e pela violência. De acordo com o autor, enquanto Dom João VI pavimentava ruas no Rio, em Lisboa, os ingleses destruía acessos para conter os avanços franceses. Havia uma dicotomia entre a situação vivenciada pela antiga e a atual sede do poder real. Eram verdadeiros extremos.

No campo jurídico, o Alvará de 22 de abril de 1808 instalou a Mesa do Desembargo do Paço e a Mesa da Consciência e Ordens, replicando para as terras

³ A teatrocracia foi a forma como ficou caracterizada a relação social entre os cortesãos recém chegados ao Brasil e os colonos, tudo se dava na esfera da encenação pública, conforme cronistas da época, o “espetáculo das ruas”, era uma mescla das atividades cotidianas típicas de uma cidade portuária, colonial e as solenidades regidas pela regras de etiqueta social. Além disso, as relações se davam como encenações, sendo o espaço do Teatro o lugar por excelência, fosse para chamar a atenção do monarca para si, ou mesmo para demonstrar desagrado com suas ações. Tudo passava pelo campo da encenação com personagens buscando desempenhar um papel pré-definido, característica esta, comum a toda a sociedade do Antigo Regime, que era por natureza uma sociedade de aparências e jogo de cena. Ver VAINFAS, Ronaldo; 2008.

brasileiras instituições existentes em Portugal desde o reinado de D. João II (1481-1495). Ainda em 1808, a Relação do Rio de Janeiro passou à condição de Superior Tribunal de Justiça nas terras de além-mar:

I - A Relação desta cidade se denominará Casa de Suplicação do Brasil e será considerada como Superior Tribunal de Justiça, para se findarem ali todos os pleitos em última instância, por maior que seja seu valor [...] e terão os seus Ministros a mesma alçada que têm os da Casa de Suplicação de Lisboa. (Alvará de 10 de maio de 1808, elevando a Relação do Rio de Janeiro à Casa de Suplicação, *apud* CABRAL e CAMARGO, 2010:321).

Em setembro de 1811, através de alvará, a Coroa estabeleceu as Juntas de Justiça nos domínios ultramarinos. Segundo Cabral e Camargo (2010), o referido diploma não objetivava criar nenhuma nova junta, mas sim definir de forma mais clara as atribuições, estrutura de funcionamento e jurisdição destas.

Após a abertura dos portos às nações amigas (Inglaterra), quebrada a exclusividade metropolitana, e a elevação do País a Reino Unido de Portugal e Algarves, a independência do Brasil era uma questão de tempo, visto que a emancipação já havia entrado em curso. A transplantação dos órgãos de governo, em especial o aparato jurídico, para o Brasil também havia contribuído de forma decisiva para o processo emancipatório. Uma vez vivenciada a condição de metrópole, o Brasil não mais haveria de aceitar ser apenas colônia. Essas novas configurações de poder estabelecidas durante a permanência da Corte no Brasil sedimentaram um caminho irreversível rumo à autonomia política e administrativa.

Do outro lado do Atlântico, após a expulsão das tropas francesas, os portugueses buscaram se libertar do jugo inglês e, finalmente, depois de esperarem o retorno espontâneo de seu rei, o exigiram no evento conhecido como Revolução do Porto. Queriam também o retorno do Brasil a sua condição anterior de colônia. Mas o caminho da emancipação era realmente irreversível.

Após 13 anos de exílio, ao retornar a Portugal, Dom João VI deixava de ser o monarca absolutista da partida. Com a Revolução do Porto e a imposição a ele de uma constituição, continuaria rei, mas sem o poder decisório de outrora, agora limitado por um parlamento. De toda forma, a astúcia da fuga, quase sempre esquecida, garantiu-lhe a manutenção das conquistas portuguesas sob seu poder, evitando que a França se assenhорasse

de suas possessões. Além disso, garantiu a sobrevivência dos Bragança e de sua Corte. Cabe salientar ainda que o monarca conduziu com verdadeira maestria os embates entre os antigos e os novos membros de sua Corte, mantendo a soberania do poder real em torno de sua figura numa configuração complexa de elites, mas com equilíbrio entre os grupos em disputa de espaço.

Se por um lado, Dom João VI conseguiu manter a coroa sobre a cabeça, por outro, fugir dos franceses, com apoio inglês, significou ceder aos interesses expansionistas do segundo grupo. Os britânicos acabaram por intervir ativamente em todos os negócios portugueses, o que lhes garantiu grandes lucros e privilégios comerciais.

Muito se criticou a fuga, como uma atitude covarde, mas o que se verifica é que, na verdade, o regente preferiu sacrificar a sede do reino em nome da manutenção e sobrevivência do mesmo, ao que parece mais astúcia do que covardia.

Referências

CABRAL, Dilma; CAMARGO, Angélica RICCI. *Estado e administração: a Corte Joanina no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010. 387 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr; AB'SABER, Aziz Nacib. *O Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, tomo 2, v.3. 389 p.

LUCCOCK, John; RODRIGUES, Milton da Silva. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil: tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*. 2. ed. São Paulo: Martins, 1951. 435 p.

MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. Companhia das Letras, 2000.

VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Dicionário do Brasil Joanino, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva: 2008. 474p.

WILKEN, Patrick. *Império à deriva, a Corte portuguesa no Brasil, 1808-1821*. Objetiva, 2005.

...